



“Cuidar de Guará... Cuidando das pessoas”

PLANO DE GOVERNO
PARTIDO DOS TRABALHADORES

Tânia Araújo – Prefeita

Carlos Amorim – Vice

2016

“Só a participação cidadã é capaz de mudar o país.”

(Betinho)

A coordenação do Programa de Governo de Tânia Araújo agradece a todos e a todas que colaboraram com este projeto através de depoimentos, pesquisas e redação sobre cada tema deste Plano de Governo.

PRÓLOGO

“Cuidar de Guará... cuidando das pessoas” é o desafio de desenvolvimento com autoconfiança, responsabilidade e sustentabilidade para garantir uma inovadora visão da gestão pública garantindo mais qualidade de vida para a população Guaratinguetaense, e é isso que apresentamos nas próximas páginas. Nosso plano de governo, não é um apanhado de promessas, e sim um compromisso que assumimos com cada morador da Estância Turística de Guaratinguetá.

É nossa responsabilidade cuidar da casa comum e acreditamos que o meio mais eficaz é abrindo os espaços públicos à população, para que ela se manifeste sobre as prioridades que devem ser atendidas de acordo com as demandas e necessidades respeitando a particularidade de cada região. Fomentar a participação popular é a forma mais transparente e segura para que todos e todas fiscalizem e tenham acesso às políticas públicas desenvolvidas pelo poder público municipal.

O governante, por sua vez, deve gerir o município de forma sustentável, planejada e articulada com a sociedade civil organizada e o cuidado com as pessoas é um dos pontos prioritários deste plano de governo, por isso, entendemos que a humanização do atendimento ao público, a inversão de prioridades e o controle social são prioridades quando se busca desenvolver uma cidade com a qualidade de vida e o envelhecimento saudável da população.

Como poderá ser observado nas próximas páginas deste Plano, é apresentado um plano de governo baseado naquilo que é realmente o direito da população, de uma forma que nunca foi debatida na cidade, direitos que sempre foram negligenciados e que precisam de coragem para ser discutidos. Para isso, além da ação da administração municipal, trabalharemos de forma articulada com os diferentes atores da sociedade e com outras esferas de poder, independentemente de quem esteja à frente do governo estadual ou federal.

Este Plano de Governo está pautado em cinco grandes eixos articulados para que a administração da cidade tenha como foco a inclusão, a assistência e a qualidade de vida de cada cidadão. Esses eixos são:

- ★ Desenvolvendo Guaratinguetá com Sustentabilidade
- ★ Governo Inclusivo e Controle Social
- ★ Políticas Sociais com implementação de Direitos para Todos e Todas
- ★ Gestão Ética, Democrática e Eficiente com a Participação Popular.
- ★ Desenvolvimento Urbano e Rural com Cidadania

Tem-se ciência dos desafios que serão enfrentados e que propostas aqui apresentadas irão exigir um diálogo franco e permanente entre o Poder Executivo e a Câmara Municipal, diálogo este que será baseado no respeito e na ética para que se possa colocar em prática o atendimento do interesse coletivo da população.

Este Plano de Governo representa o compromisso com a cidade e o compromisso com o cidadão guaratinguetaense, bem como abrir espaços para a prestação de contas diante da população de forma que esta possa cobrar a realização de tudo que está proposto aqui.

Um abraço fraterno!

Tânia Araújo e Carlos Amorim

INTRODUÇÃO

De acordo com os princípios e diretrizes do Partido dos Trabalhadores, a gestão municipal será baseada na abertura do espaço à população para que ela se manifeste sobre as prioridades que devem ser atendidas de acordo com as variadas demandas territoriais, de serviços, direitos e políticas públicas. Assim, uma das diretrizes centrais do modo petista de governar e do nosso programa de governo é a participação popular e controle social sobre as políticas desenvolvidas pelo poder público municipal. De modo a estabelecer um planejamento consolidado e construído na discussão democrática com a comunidade, os Conselhos Municipais, o Orçamento Participativo e a Conferência Municipal da Cidade cumprirão papéis decisivos. A Conferência Municipal da Cidade discutirá os temas, problemas do município e as políticas a serem implementadas de modo transversal e com integração.

Tem-se também como diretriz geral, a inversão de prioridades. O histórico geral do Estado Brasileiro, em todas as esferas de poder, é a priorização de políticas voltadas aos interesses das classes dominantes. O Partido dos Trabalhadores defende a inversão de prioridades, ou seja, colocar no centro da agenda, dos esforços e do orçamento do poder público, as políticas sociais voltadas aos serviços públicos e à garantia de direitos às trabalhadoras e trabalhadores e à população mais pobre. Defende-se a afirmação de direitos por meio de políticas públicas de modo a garantir que direitos conquistados e previstos em lei se tornem realidade na vida das pessoas. Neste sentido, defende-se políticas de transferência de renda amplas que garantam direitos básicos à toda a população e as políticas de inclusão social como prioridades para este plano de Governo.

Partindo dessas diretrizes, apresenta-se a seguir o Plano de Governo do Partido dos Trabalhadores para Guaratinguetá:

EIXO 1 – DESENVOLVENDO GUARATINGUETÁ COM SUSTENTABILIDADE

I - Meio Ambiente

A edificação dos pilares das sociedades sustentáveis é baseada na inclusão do meio ambiente nos planos de governo e nas prioridades dos tomadores de decisão através das políticas públicas.

1 - Criação de Plano de Gestão Ambiental do município (Área rural e urbana);

O plano de gestão ambiental do município visa garantir que a expansão urbana, o uso dos recursos artificiais e naturais, as políticas públicas de incentivo e desenvolvimento econômico nos setores do Turismo, Indústria, Comércio e Serviços ocorrerá mediante planejamento, monitoramento e controle ambiental e social.

2 - Plano de Revitalização dos Mananciais;

O foco da revitalização dos mananciais envolve a criação e recuperação das matas ciliares, enfatizando a Bacia Hidrográfica do Ribeirão Guaratinguetá e a recuperação e mapeamento das nascentes. A revitalização demanda a atualização na delimitação das “Áreas de Preservação Permanente” do município;

3 - Atualização do Plano de Resíduos sólidos;

4 - Implementar a coleta seletiva em todo município, estimular e apoiar projetos de compostagens de resíduos sólidos;

5 - Criar um setor de triagem de resíduos sólidos atuante após a coleta seletiva e a separação dos resíduos, separando em subtipos os materiais, garantindo que estes tenham interesse comercial, como por exemplo, os plásticos separados em plástico duro ou plástico mole, os metais em latão ou alumínio. Sendo para isso fundamental o fortalecimento e ampliação das cooperativas de usinas de triagem e comércio de reciclados para que, após este procedimento, ocorra a compactação dos materiais, o transporte e a venda para indústrias de reciclagem;

6 - A criação de ECOPONTOS para recolhimento de resíduos da construção civil (até 1 metro cúbico), resíduos volumosos (sofás, móveis, colchão, etc.), eletroeletrônicos, lâmpadas, pilhas, baterias; multiplicação de PEVs (Ponto de entrega Voluntária) de papel, papelão, vidro, metal e óleo de cozinha;

7 - Avaliação do Plano de Resíduos Sólidos quanto à destinação e disposição final dos resíduos no aterro de Cachoeira Paulista e do custo benefício desse procedimento;

8 - Monitoramento ambiental com transparência (água, ar, áreas de risco, solo, chorumes ambientais);

9 - O monitoramento ambiental possibilita o conhecimento e acompanhamento sistemático da situação dos recursos ambientais dos meios físico e biótico; para implementar e viabilizar o monitoramento ambiental é necessário apoiar a implantação e/ou reestruturação de redes básicas ou dirigidas para o monitoramento ambiental em áreas prioritárias; para que essas redes tornem-se realidade objetivamos incentivar a parceria e a cooperação técnica entre as entidades de meio ambiente e demais setores públicos e privados, no uso e acesso dos dados gerados e da informação ambiental;

10 - Revitalização e criação de Parques: multiplicar instalações de parques ecológicos urbanos com função ecológica, estética e de lazer, reflorestados para atuar positivamente no microclima local na região central e nas periferias do município; revitalização das áreas verdes urbanas, que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades; viabilizar a criação do Parque Nacional representativo da Mata Atlântica do Município, na forma da lei e respeitando as comunidades locais;

11 - Revitalização do projeto Produtor de Água e instalação de fossas sépticas biodigestoras;

12 - Criar programas de controle da população animal de rua por meio de um programa de castração, evitando problemas nas áreas de segurança, saúde pública e ambiental; reestruturação do Centro de Zoonoses;

13 - Ampliação de Programas de Educação Ambiental;

14 - Estabelecer parcerias da Secretaria de Meio Ambiente com as Secretarias de Saúde e de Educação, viabilizando um programa de educação ambiental itinerante e localizada, por meio do fortalecimento dos centros de educação ambiental tais como a Casa Ambiente e Saúde;

15 - Tratamento de Esgoto e abastecimento de água: diagnóstico do estado do atual serviço de tratamento de esgoto e auditoria da destinação dos recursos aplicados; diagnóstico e auditoria da qualidade dos serviços e gestão da SAEG e aplicação de um plano de revitalização e expansão dessa empresa;

II - Turismo Sustentável

A Geração de renda e emprego em Guaratinguetá se dá, em maior parte, nos setores do comércio e de serviços. A necessidade de se implementar um plano dedicado à identificação de soluções inovadoras (no âmbito das políticas públicas de emprego, trabalho e renda) passa pela necessidade da adoção de políticas públicas para o desenvolvimento da área de Turismo.

1 – Ampliar/implementar a sinalização de entrada da cidade, facilitando o acesso de visitantes aos pontos de interesse a partir da Via Dutra;

2 – Organizar e apoiar o Calendário Anual de Eventos, contemplando festas, festivais, eventos poliesportivos, etc;

3 - Remodelar o Mercado Municipal para favorecer a atração de turistas;

4 - Revitalizar e organizar o turismo sustentável no centro histórico e na região do Santuário Frei Galvão, favorecendo a geração de empregos, a infraestrutura local e a sustentabilidade de todos os empreendimentos e logísticas turísticas;

5 - Criar o Roteiro Turístico Ecológico, valorizando as fazendas históricas, cachoeiras e outros atrativos que possam gerar emprego e renda neste segmento;

6 – Implementar o Centro de Convenções no Recinto de Exposições, promovendo o turismo de negócios;

7 - Revitalizar e viabilizar a atuação dos museus existentes no Município;

8 - Viabilizar o resgate e a valorização de bandas e de grupos musicais;

9 – Ampliar/melhorar o Centro de Apoio ao Visitante, incluindo a oferta de informações sobre os pontos turísticos do Município;

III - Indústria, Comércio e Serviços.

Programas de fomento industrial impactam diretamente os setores do comércio e de serviços. Contudo, identificar os fatores limitantes e potencialidades para o crescimento municipal empresarial, tendo em vista a geração de empregos e a sustentabilidade, são prerrogativas para os avanços no setor econômico e social. Para isso, é necessário fixar diretrizes e metas para curto e médio prazos, sem desconsiderar a evolução prevista para o futuro conforme as demandas de mercado. São diretrizes deste Plano de Governo: promover o assessoramento necessário para novos empreendimentos, objetivando

expandir a capacidade de absorção da mão de obra local; estimular o associativismo e o cooperativismo e formatar as políticas de geração de emprego conforme a vocação do município, por meio de estratégias criativas de desenvolvimento econômico, conforme as propostas configuradas como prioridades para Guaratinguetá.

1 - Viabilizar e Potencializar incubadoras de pequenas empresas no Município;

2 - Fortalecer a política de incentivos e atração de investimentos na cidade, atuando como um facilitador para instalação de novas indústrias e empresas;

3 - Fomentar a indústria de engenharias e de computação, para favorecer a mão de obra qualificada oriunda das faculdades locais, apoiando a realização de seminários, workshops e eventos nessas áreas;

4 - Criar condições para a modernização do Parque Industrial e da área habitacional do entorno;

5 - Incentivar o microempreendedorismo e as cooperativas, com apoio do SEBRAE;

6 - Incentivar a economia local com políticas públicas que estimulem a aquisição de bens e serviços de empresas instaladas no Município;

7 - Criar novos postos de trabalho por meio da expansão do transporte complementar e da rede de táxis e vans;

IV - Economia Solidária

A Economia Solidária representa formas alternativas de gestão e organização da produção, atuando significativamente no combate à pobreza e às desigualdades sociais.

A materialização da Economia Solidária insere as cooperativas de produção, mas também as de consumo, de crédito, de serviços, enfim, de todas aquelas baseadas nos princípios da solidariedade e equidade e que tornam seus trabalhadores membros plenos. A repartição da receita líquida entre os cooperadores ocorre por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; por outro lado, a destinação do excedente anual é resultado de critérios acertados entre todos os cooperados.

1 – Estabelecimento do Marco Legal da Economia Solidária;

2 – Criação de programas que estimulem a criação e o apoio de cooperativas e empresas que adotem essa economia em sua gestão;

3 – Criar e fomentar feiras de economia solidária e de produtos orgânicos.

V – Agricultura Familiar

A menor parcela da economia de Guaratinguetá está relacionada à agricultura. Esse setor necessita de um plano de revitalização e estímulo ao desenvolvimento articulado ao desenvolvimento de outros setores da sociedade.

1 - Fazer manutenção das estradas rurais, sinalizar e controlar a velocidade, facilitando o escoamento da produção e reduzindo a frequência dos acidentes nessas vias;

2 - Implantar os programas Estadual e Nacional de Microbacias e Conservação de Solos na agricultura;

3 - Destinar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, priorizando as compras de produtos oriundos da agricultura familiar, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;

4 - Buscar recursos junto ao Governo Federal, através do PRONAF, para apoiar a agricultura familiar;

5 - Estabelecer a parceria com a FEG/UNESP para criar programas de geração de energia, implantação de fossas sépticas biodigestoras, modernização da produção e redução dos impactos ambientais;

6 - Estabelecer programas de apoio à rizicultura e de controle dos seus impactos ambientais;

7 - Atuar efetivamente no Conselho Regional de Desenvolvimento Rural; fortalecer o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

8 - Facilitar a atividade de comercialização dos produtores regionais de orgânicos com a criação de feiras e workshops de formação para produtores;

9 - Buscar junto ao governo estadual, a ampliação das atividades do CEASA no Município;

EIXO 2 - GOVERNO INCLUSIVO E CONTROLE SOCIAL

I – Orçamento Participativo

Estimulando o exercício da cidadania e com o comprometimento social, o Orçamento Participativo (OP) permite que a população interfira para otimizar o bom aproveitamento dos orçamentos públicos e na definição das prioridades de obras, serviços e investimentos que são realizados pela Prefeitura Municipal, tornando assim, sociedade civil e governo corresponsáveis pela gestão do Município.

1 – Iniciar o processo de discussão com a população através de plenárias, comissões, audiência pública, assembleias, plebiscitos, referendos, entre outros mecanismos de participação social, que consolidem de forma efetiva a participação da população na elaboração/alteração de políticas públicas e peças orçamentárias como: Plano Plurianual Participativo (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA);

2 – Efetivação da Conferência Municipal da Cidade.

II – Fortalecimento dos Conselhos Municipais

Em espaços de composição paritária, os conselhos são compostos por governo e sociedade civil e são criados para fortalecer a participação popular democrática na formulação, implementação, fiscalização e transparência das políticas públicas adotadas em cada município.

1 – Readequar e estruturar os Conselhos Municipais, garantindo a participação de todos os setores da sociedade na elaboração e fiscalização e transparência de políticas públicas;

2 – Formar (se inexistentes) e capacitar os Conselheiros Municipais;

3 – Criar os conselhos de Transparência e Combate à Corrupção, da Juventude, do Transporte, da Segurança, de Políticas Públicas para Mulheres e de Direitos Humanos.

III – Pessoa com Mobilidade Reduzida

Os Direitos Humanos são direitos que deveriam valer para todos e todas, porém são negligenciados

para uma parcela da população, esta que requer uma atenção especial.

1 - Implantar e implementar a adequação da acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida em espaços públicos e de uso público;

2 – Estabelecer canais de comunicação entre contratantes e potenciais contratados portadores de limitações temporárias e/ou permanentes;

IV – Direito à diversidade sexual

As políticas públicas existentes para a população LGBTTT (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros), não atingem de fato a problemática que essa população vivência, onde na maioria das vezes, são alvos de violência e de constrangimento. Faz-se necessário a criação de políticas públicas estratégicas a fim de contribuir para uma efetiva prática da cidadania desse público.

1 – Sensibilizar e capacitar os profissionais da saúde e da educação para atendimento humanizado e respeitoso;

2 – Integração entre as secretarias para propiciar o atendimento e acolhimento digno para os cidadãos que sofram de violência física e/ou psicológicas, promovendo cultura de cidadania e tolerância, inibindo ações de discriminação de toda e qualquer natureza.

V – Políticas Públicas para Idosos

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial, resultando em um crescimento mais elevado da população idosa em relação aos demais grupos etários. Caracteriza-se pela queda da fecundidade e pelo aumento da expectativa de vida. Portanto, é necessário dar ênfase nas políticas públicas para esse grupo etário. Quanto maior for o acesso aos bens e serviços da sociedade, maior será a qualidade de vida no processo do envelhecimento saudável.

1 - Implantação do “Guia Global Cidade Amiga do Idoso”; o Guia propõe a adaptação dos municípios às questões de acessibilidade nos espaços abertos e edifícios, moradia, transporte e aspectos relacionados à participação social, dentre outros, adaptando os municípios em sua infraestrutura e em seus serviços, para que os habitantes idosos tenham suas necessidades atendidas e seus direitos assegurados;

2 - Implantação do Centro Dia para Idosos, visando ganhos da qualidade de vida da pessoa idosa (com atividades físicas), atividades socioculturais, educação gerontológica, eventos, integração do familiar, entre outros;

3 - Desenvolver políticas para os cuidados paliativos, visando uma melhora na qualidade de vida do paciente terminal, seja idoso ou não, o alívio do sofrimento, empatia pelo paciente e seus familiares,

controle dos sintomas de natureza física, social, emocional e espiritual, busca pela autonomia e pela manutenção de uma vida ativa, enquanto ela durar;

4 - Equipe multiprofissional nos serviços para idosos, levando em consideração a complexa heterogeneidade do idoso.

EIXO 3 – POLITICAS SOCIAIS DE DIREITOS PARA TODOS E TODAS

I – Saúde

Promover o acesso aos serviços de saúde racionalmente garante, além da qualidade dos serviços prestados, a gestão sustentável dos recursos aplicados na área de saúde. Da mesma forma, o planejamento/programação de serviços a partir de dados reais das demandas do município será possível por meio da participação ativa da população nas tomadas de decisão quanto ao estabelecimento de prioridades quanto à alocação dos recursos disponíveis. Para isso é preciso vontade política e um trabalho intenso norteado pelas diretrizes de melhoria da qualidade de vida. No âmbito da saúde, são traçadas propostas primordiais a serem aplicadas, mediante a interação com toda a população representativa nos conselhos municipais, nos postos de saúde e hospitais do Município e em todas as demandas da saúde pública.

1 – Garantir o pleno atendimento clínico, ambulatorial e hospitalar através da implantação de convênios e consórcios entre as prefeituras da região;

2 - Valorização e ampliação da rede básica de saúde do Município, com horários de funcionamento por 24 horas;

3 - Valorização dos hospitais e ampliação da rede de assistência especializada;

4 – Buscar a continuidade do Programa Mais Médicos e expansão do Programa Saúde da Família, abrangendo toda a cidade e a criação de UPA's (Unidade de Pronto Atendimento);

5 - Saúde da Mulher: respeitando os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres sobre sua saúde, seu corpo e sua vida, trabalhar pela redução da violência sexual e doméstica, diminuição da mortalidade materna, e promover o planejamento reprodutivo, parto normal e humanizado, com direito a acompanhante, atendimento humanizado em situação de aborto e o respeito às especificidades das mulheres jovens, lésbicas, negras, do campo, indígenas, com deficiência e patologias;

6 - Saúde da Criança: valorização da vida desde a concepção, gestação, infância e adolescência, com programas educacionais e preventivos e com a garantia de cuidados e acompanhamentos por profissionais habilitados;

7 - Saúde Mental: numa perspectiva antimanicomial, garantir uma rede de atenção psicossocial para adultos e crianças (Saúde da Família, Consultórios de Rua, Centros de Atenção Psicossocial – para adultos, crianças e dependentes de droga, Centros de Convivência e Cooperativas, de trabalho e renda, Residências Terapêuticas, leitos de curta duração em hospitais gerais, unidades de acolhimento e equipes de redução de danos, entre outros), visando à eliminação do encaminhamento para hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas;

8 - Saúde Bucal: garantindo a continuidade e ampliação do programa Brasil Sorridente;

9 – Maior atenção às comunidades rurais e grupos específicos como população negra, população em situação de rua, jovens, população LGBTTT, portadores de doenças raras, pessoas com deficiência e outras populações em situação de vulnerabilidade, respeitando suas diferentes culturas e enfrentando o racismo, o machismo e todo e qualquer mecanismo de intolerância e discriminação;

10 - Garantir a política de humanização em todos os serviços de saúde, combatendo a violência institucional e quaisquer mecanismos de discriminação;

11 - Apoiar a presença e a expansão das práticas integrativas e complementares em saúde (como acupuntura, apiterapia, fitoterapia, tai-chi, ioga e outras práticas, e respeito às demais práticas populares).

II – Educação

Construir a Escola das Diferenças é estabelecer condições para que o município se responsabilize por um ensino de qualidade, respeitando a heterogeneidade e a individualidade da comunidade escolar, garantindo a participação popular e o respeito com o educando e seus educadores.

1 - Democratização e universalização do acesso à educação infantil (05 anos), creche [0 – 3 anos] e pré-escola [4 – 5 anos], ensino fundamental (6 - 14 anos) e da educação de jovens e adultos (EJA);

2 - Implantação da Educação Integral no sentido temporal e em seus aspectos multidimensionais, como a cultura, esporte e lazer, tendo na construção do CEU (Centro de Educação Unificado) a sua plataforma de suporte com a infraestrutura necessária;

3 - Valorização dos profissionais de educação com Plano de Cargos Carreiras e Salários (PCCS), com incentivo à formação continuada e acadêmica, com jornada adequada, com observância do Piso Salarial Nacional, buscando a equiparação dos rendimentos médios aos demais profissionais com escolaridade equivalente, com a discussão sobre possíveis benefícios (Saúde, Vale Alimentação e/ou Ticket Refeição, Vale Transporte, entre outros);

4 - Implantação da Gestão Democrática da Educação Municipal através de medidas efetivas, tais como: concurso e eleição dos diretores das escolas municipais pela comunidade escolar; incentivo à organização livre dos grêmios estudantis autônomos e independentes; Conselho Municipal de Educação autônomo e deliberativo; associações de pais e mestres atuante e independente;

5 - Otimização dos Centros de Educação Especial (PROMAE), com a contratação através de concursos de profissionais especializados (fonoaudiólogos, psicopedagogos, psicólogos e assistentes sociais);

6 - Criação do MOVA (Movimento da Alfabetização de Adultos) através do método Paulo Freire em parceria com a sociedade civil organizada (Associação de Moradores de Bairro, Igrejas, Sindicatos, Escolas de Samba);

7 - Adequação da pré-escola às demandas sociais necessárias no que concernem a prédios, profissionais de apoio (saúde, monitores), períodos, permanência, alimentação, lazer e recreação;

8 - Ampliação, extensão da idade (de 2 a 3 anos para 0 a 3 anos) e adequação das creches municipais às demandas sociais necessárias no que concernem a prédios, profissionais de apoio (saúde, monitores), períodos, permanência, alimentação, lazer e recreação; adequação da nomenclatura profissional de monitor para professor auxiliar, uma vez que a este profissional é exigido o curso técnico de magistério;

9 - Universalização do ensino fundamental, garantindo que ao final desse ciclo, os alunos atinjam com qualidade as habilidades previstas: ler, escrever, calcular e interpretar;

10 - Disponibilização de merenda de qualidade respeitando o mínimo de 30% de produtos da agricultura familiar nos termos do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar);

11 - Viabilização da educação profissionalizante através de parcerias junto a entidades públicas e privadas, com o objetivo da qualificação profissional, e cursinhos preparatórios para vestibulares e concursos;

12 – Criação da Conferência Municipal de Educação.

III - Habitação

Reduzir o déficit habitacional sem a promoção da infraestrutura necessária à qualidade de vida local representa um risco à sustentabilidade dos novos bairros e conjuntos habitacionais. O Partido dos Trabalhadores instituiu, no âmbito nacional, o Programa de Aceleração do Crescimento e o Programa Minha Casa Minha Vida, efetivando as políticas públicas habitacionais também em nosso Município. Em contrapartida, cabe ao poder público municipal promover a infraestrutura local salientando a importância do saneamento ambiental, mobilidade urbana, educacional e da saúde, assegurando a dignidade dos novos moradores. Sob essa premissa, os programas habitacionais em nosso município necessitam de planejamento prévio e acompanhamento na sua implantação e operacionalização. Para isso, é necessário ouvir as comunidades locais e identificar suas demandas prioritárias. Esse planejamento objetiva estabelecer as propostas prioritárias para o setor habitacional em nosso município.

1 - Mapear a infraestrutura dos novos bairros, loteamentos e conjuntos habitacionais;

2 - Com a participação da comunidade local, baseado nas premissas do orçamento participativo, estabelecer as prioridades do investimento público nas áreas de expansão urbana;

3 - Mapear os moradores residentes em áreas de risco;

4 - Priorizar os recursos de financiamento habitacional disponíveis para atender os moradores em situação de risco;

5 - Priorizar a destinação de habitações financiadas para as mulheres e famílias;

6 – Viabilizar, mediante parcerias com o governo estadual e federal, novos empreendimentos habitacionais;

7 - Apoiar iniciativas de organizações cooperativas habitacionais;

8 - Atualizar a rede de esgoto e pavimentação nos bairros que ainda não contam com esses serviços;

9 - Promover a cultura da permacultura na população do município por meio de campanhas e programas de treinamento;

10 - Em convênio com a FEG/UNESP, promover cursos para formação de mão de obra da construção civil;

11 – analisar e regularizar habitações que estejam em estado de irregularidade;

III – Juventude

Cada vez mais os jovens demonstram sua determinação em assegurar seus direitos e ocupar um lugar de destaque no processo de desenvolvimento. É prioritário assegurar os direitos básicos, como educação, trabalho, saúde, cultura, além das demandas específicas. Estimular a criação e multiplicação do espaço de produção do conhecimento e divulgação de conteúdos, focado nos temas ligados às políticas de juventude e essencial para a participação do segmento da população jovem nas tomadas de decisão da gestão pública. A retirada dos jovens das condições de miséria e pobreza e a criação de mecanismos de participação social são diretrizes essenciais para a conquista de uma sociedade mais justa e igualitária.

1 – Criação da Coordenadoria da Juventude;

2 - Projeto Integra Juventude: mapeamento e cadastramento das necessidades da juventude de Guaratinguetá de acordo com os eixos, necessidades e particularidades, tais como: passe livre estudantil, renda mínima, programas culturais, cursinhos pré-vestibular, cursos profissionalizantes, PAT-Jovem e atividades esportivas; um mecanismo de inclusão que levaria formação e informação dos programas sociais aos jovens;

3 - Implantar projeto primeiro emprego do Governo Federal para oferecer qualificação sócio profissional para jovens de 16 a 24 anos;

4 - Transformar as praças públicas e/ou adaptar equipamentos públicos que são mal utilizados em espaços destinados às ações esportivas e culturais, respeitando a diversidade das regiões da cidade, em parceria com a participação popular e demais secretarias;

5 – Estimular a participação da juventude no planejamento da gestão da cidade (PPA e OP);

6 – Desenvolver ações de educação sexual junto aos jovens e seus familiares, visando à prevenção da AIDS/DST e a gravidez precoce e/ou indesejada;

7 – Renda Mínima Jovem: para jovens de 16 a 24 anos que estiverem frequentando a escola, ou faculdade, com renda familiar inferior a três salários mínimos; caso o jovem não estiver estudando, receberá, condicionado a um prazo, para se inscrever nos cursos profissionalizantes oferecidos pela Prefeitura;

8 – PATJovem (Programa de Auxílio ao Trabalhador Jovem);

IV – Mulheres

Promover a igualdade entre as mulheres no aspecto multidimensional para meninas, jovens, idosas, mulheres com deficiência, negras, índias, brancas, corrobora para a democratização e participação dos espaços públicos e demanda a criação de políticas públicas voltadas para a mulher. Garantir o protagonismo da mulher na gestão pública e na liderança empresarial só será possível por meio da educação para a igualdade. O acesso a equipamentos e serviços públicos deve ser facilitado e o preconceito e a desigualdade de oportunidades combatidas e erradicadas. Sob essas diretrizes traçamos propostas norteadoras das prioridades e ações primordiais a serem adotadas pela vontade política de melhorar a qualidade de vida da mulher em Guaratinguetá.

1 - Criar a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres;

2 - Garantir o funcionamento de uma Casa Abrigo, realizando atendimento humanizado e integrado com outras secretarias, e de qualidade às mulheres em situação de risco e de violência;

3 - Fortalecer a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência;

4 - Ampliar a regularização fundiária no nome das mulheres;

5 - Implementar o Programa Rede Cegonha para ampliar a qualidade da assistência a mães, bebês e crianças atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) incentivando o parto humanizado;

6 - Criar cooperativas de mulheres;

7 - Política de moradia para as mulheres em situação de violência;

8 – Políticas públicas de formação e informação sobre o enfrentamento ao assédio moral e sexual;

9 - Implementação de políticas de primeiro emprego para as mulheres;

10 – Promover ações políticas em parceria com o Governo do Estado para Garantir a nomeação de mulheres para compor o quadro da Delegacia da Mulher.

V – Segurança Pública Municipal

1 - Estabelecer o Plano Municipal de Prevenção do Crime e da Violência, e de Promoção da Segurança Pública;

2 - Diagnóstico dos problemas de segurança pública: diagnóstico elaborado a partir do levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre a área criminal e socioeconômica, mapeando as regiões com maiores índices de violência;

3 - Instalar câmeras de monitoramento;

4 - Criar a Guarda Municipal com características de polícia comunitária;

5 - Criar campanhas de conscientização para o combate da violência.

VI – Esportes e Lazer

A prática esportiva possibilita, além dos benefícios físicos, o resgate da cidadania envolvendo a afetividade e o respeito mútuo. A participação em atividades e brincadeiras remetem o cidadão a questões sociais, à convivência sem violência, à honestidade, à percepção e a valorização do outro e do trabalho em equipe.

1 - Criar programas para expandir e promover a valorização da disciplina Educação Física em toda Educação Básica desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental;

2 - Realizar ações de manutenção de quadras esportivas das escolas municipais;

3 - Utilizar o espaço do antigo Clube Literário para criação de um Clube Municipal;

4 – Criar/fortalecer escolas de práticas esportivas para desenvolver talentos nos bairros;

5 - Garantir a manutenção da Quadra de Esportes Municipal e da pista de atletismo;

6 - Estabelecer a presença de orientadores físicos junto a academias ao ar livre e a manutenção dessas academias;

7 - Criar competições esportivas interescolares;

8 - Promover a participação em jogos regionais;

9 - Promover as práticas esportivas de pessoas com mobilidade reduzida e a sua participação em competições;

VII – Cultura

1 - Construir Centros Culturais para a Juventude com prioridade para os bairros da periferia e participação da juventude na elaboração das atividades e administração desses centros;

2 - Criar o Programa de Capacitação dos Fazedores de Cultura para aprimorar as políticas públicas municipais de cultura e facilitar o acesso ao Sistema Nacional de Cultura, preparação de editais e projetos culturais;

3 - Discutir um Plano Municipal de Cultura com ampla participação popular;

4 - Instituir o Fundo Municipal de Cultura gerido pela sociedade;

5 - Propor a Lei de Fomento às Linguagens Artísticas da Periferia, estimulando a produção, criação e pesquisa sobre expressões culturais da periferia, como Funk, Hip Hop, Samba, dentre outras;

6 - Criação do Programa Bolsa Artista;

7 - Criação de um Centro de Desenvolvimento de Cultura Digital público e gratuito com estúdio de gravação, laboratórios de informática, estúdio de vídeo e fotografia para profissionais e amadores;

8 - Elaborar processos desburocratizados e transparentes para ocupação dos espaços públicos para produtores culturais e artistas;

9 - Mais transparência e participação na Secretaria da Cultura, utilizando meios digitais e implementando fóruns temáticos permanentes, como o de Financiamento à Cultura;

10 - Fomentar eventos culturais independentes, com ou sem fins lucrativos, disponibilizando espaço e equipamento de som;

11 - Incentivar os grupos de Economia Solidária que produzam arte e cultura;

12 - Subsidiar entidades e projetos sociais que promovam a cultura, a arte e a cidadania;

13 - Multiplicar nos bairros os cursos de música, audiovisual, teatro, literatura, DJ, promover oficinas de lutheria, sonorização e afins;

14 - Fomentar a vocação cultural do Município por meio da criação de cursos de teatro, música, canto e literatura;

15 - Fortalecer as manifestações culturais locais tais como jongo, rap, congadas, carnaval e bandas, por meio da profissionalização e valorização dos envolvidos.

VIII – Criança e Adolescente

Garantir os direitos, o acesso às políticas públicas e a melhoria de vida das crianças e adolescentes é um compromisso que impacta todos os setores da sociedade. É na infância que se inicia o desenvolvimento das competências e da personalidade. Nesse sentido, o enfrentamento da violência contra crianças, principalmente em relação a castigos corporais; fortalecer os Conselhos Tutelares; investir na educação infantil; e estipular políticas para reduzir as desigualdades econômicas e sociais no Brasil são diretrizes norteadoras da propostas para as crianças e adolescentes.

1 - Prevenção de casos de bullying e violência sexual entre outros tipos de violência contra a criança;

2 - Criação de programas que assegurem a reintegração de crianças e adolescentes às suas famílias de origem ou à família substituta;

3 - Criação de programas voltados à construção, ampliação ou melhoria de parquinhos infantis, brinquedotecas, entre outros espaços adequados para o lazer de crianças;

4 - Promover a inclusão digital infantil;

5 - Fortalecer os Conselhos Tutelares;

6 - Criar programas de incentivo a amamentação;

7 - Mapeamento de crianças em estado de pobreza;

8 – Promover a parceria com casas filantrópicas de abrigo a crianças e adolescentes.

IX – Assistência Social

Este Plano pretende traçar as prioridades e linhas de ação social, garantindo a atuação como liderança na viabilização das políticas de assistência social e o fortalecimento da articulação em defesa dessas políticas. Desenvolver diversos tipos de ações e atendimentos especialmente considerando seus espaços institucionais por meio da elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, elaborado com a participação dos servidores da área social, do Conselho Municipal da Assistência Social e de toda comunidade.

1 - Implantação de serviços nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados (CREAS) e Rede Socioassistencial, ofertando serviços e benefícios à população em situação de pobreza e vulnerabilidades, apoiando crianças, adolescentes, jovens, idosos e suas famílias;

2 - Produzir o diagnóstico social do município por meio da elaboração do mapa de exclusão e inclusão social para identificar os maiores índices de vulnerabilidade social da cidade, e os bairros com os maiores índices de exclusão social;

3 – Mapear e criar políticas públicas para fortalecer os equipamentos sociais, religiosos, ONGs, associações e outras instituições que complementam o atendimento social da rede pública e oferecem outras atividades de apoio e encaminhamento social;

4 - Implementar programas de Capacitação das equipes de referência da Proteção Social Básica em parceria com os governos estadual e federal;

5 - Fortalecer a Defesa Civil Municipal;

6 - Criar programas de acompanhamento e apoio às famílias de usuários de drogas e de presidiários;

7 - Criar programas de apoio à população em situação de rua;

8 - Implementar um plano de combate e erradicação da fome.

EIXO 4 – GESTÃO ÉTICA, DEMOCRÁTICA E EFICIENTE COM A PARTICIPAÇÃO POPULAR.

I – Transparência e Combate à Corrupção

O combate a corrupção e a transparência das contas públicas são ferramentas essenciais para a melhoria da prestação do serviço público, para a correta aplicação dos recursos e para garantir os direitos da população, garantir o funcionamento da administração de forma eficiente e ética e compromisso de qualquer gestão que se deseje justa e igualitária para todos e todas.

1 – Criação da Controladoria Geral do Município: atuando no combate preventivo e corretivo da corrupção e na melhoria contínua da prestação dos serviços públicos;

2 – Criar um layout interativo para facilitar o acesso ao portal da transparência municipal;

3 – Fomentar a fiscalização pela população no andamento das obras públicas e serviços;

II – Plano de Cargos e Salários

A eficiência do poder público passa pela valorização profissional, satisfação pessoal e pela qualidade de vida do servidor público. Por isso é de extrema importância o reconhecimento e o cuidado com o servidor municipal.

1 – Criação de uma política de planos de cargos e salários horizontal e vertical para todos o funcionalismo público.

EIXO 5 – DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL COM CIDADANIA

Todos e todas têm o direito à cidade e aos direitos inerentes a condição de cidadãos, à mobilidade, ao saneamento, à moradia e à terra. Os direitos legítimos à alimentação e à promoção da agricultura familiar e à organização econômica através do cooperativismo favorecem os habitantes das áreas rurais e urbanas, pois ao mesmo tempo em que injetam recursos na área rural, proporcionam a alimentação a custos mais acessíveis com melhor qualidade para os moradores de todo o Município.

A integração do rural no Plano Diretor do Município garante a participação social com equidade em relação a participação urbana.

I - Vias Públicas

Guaratinguetá é um município que apresenta problemas estruturais na zona urbana e na zona rural. Na zona urbana, as vias públicas de maior vazão de tráfego não estão todas interligadas e sofrem de congestionamento nos horários de pico. Nos bairros de periferia, há um grande número de vias sem calçamento e com casos de alagamento.

Na zona rural, as estradas vicinais apresentam leito carroçável com vários problemas de traçado e de apedregulamento, sendo que alguns trechos com aclive ficam intransitáveis durante as chuvas.

1 – Mapeamento dos pontos críticos de conexão entre as vias de acesso; resolvê-los com o mínimo de transtornos sociais;

2 – Mapeamento das zonas onde se possam introduzir vias alternativas e de ligação entre bairros onde não haja ligação atual;

3 – Mapeamento dos pontos críticos das estradas vicinais e aplicar as devidas soluções técnicas, tais como a inclusão de aclives calçados; manutenção do perfil e das saídas de águas; o apedregulamento adequado como correção do apedregulamento inadequado;

4 – Criação de uma equipe de socorro viário para estradas vicinais nas ocasiões de danos provocados por chuvas fortes; instalação de telefones comunitários em pontos críticos de vias da zona rural.

II - Das políticas de Urbanização

A transformação eficiente do espaço urbano inclui o planejamento transparente e participativo. Para isso, a expansão do Município deve atender às demandas da população garantindo a cidade para as pessoas, através da implementação e atualização do Plano Diretor Democrático.

1 - Implantar um sistema de informações georreferenciadas de forma que todo novo empreendimento possa ser rapidamente localizado pela população, assegurando o respeito e a integridade das APP's (Áreas de Preservação Permanente).

2 - Implementar o IPTU progressivo;

3 - Criar o Conselho Municipal de Política Urbana, com para institucionalizar a participação da população nas decisões tomadas pelo poder público referentes às políticas de desenvolvimento urbano;

4 - Fortalecer as parcerias com os governos Estadual e Federal para a implementação de planos habitacionais, levando em consideração a estrutura do entorno, assegurando que ocorra a junção da política habitacional e do desenvolvimento urbano nas regiões de novos empreendimentos;

5 – Regulamentar a participação dos futuros moradores das novas unidades em várias etapas do processo de implementação dos conjuntos habitacionais;

6 - Resguardar a legislação urbana quanto à implementação de condomínios verticais;

7 - Promover mecanismos facilitadores da regularização de loteamentos clandestinos e irregulares, considerando a expansão urbana sustentável.

III - Mobilidade Urbana

O planejamento da Mobilidade urbana avalia e inclui o conjunto organizado e coordenado dos modos de transporte, de serviços e de infraestruturas que garantem os deslocamentos de pessoas e cargas no território do Município. Essas considerações são relevantes para garantir a segurança, a saúde e a sustentabilidade e contribuem para a economia e movimentação do capital nos centros urbanos e rurais.

Modalidades de transporte não poluentes só terão sucesso e adesão da população mediante a integração entre a malha cicloviária da cidade e desta com o sistema de transporte coletivo. Programas de

regulamentação do veículos a tração animal também são essenciais a manutenção da segurança do animal e das pessoas. Esses veículos necessitam de emplacamento e controle pela Prefeitura.

Com relação ao transporte coletivo urbano, são muitas as questões e demandas dos munícipes. O transporte coletivo influencia diretamente o desempenho de outros setores econômicos, pois se relaciona diretamente com os processos de produção e consumo de bens e serviços.

1 - Auditoria das planilhas de custo das empresas vencedoras de licitação para transporte urbano;

2 - Auditoria da qualidade dos veículos que compõe a frota de transporte urbano;

3 - Efetivação do projeto de integração para viagens ocorridas em sequência, para facilitar o uso de mais de um veículo para alcance do destino desejado;

4 - Adequação e implantação de ciclovias;

5 - Criação de um serviço de informações ao usuário do transporte urbano;

6 - Disponibilização de cadeiras de roda para transporte de idosos e cadeirantes na região central;

7 - Criação de tarifa reduzida aos domingos;

8 - Criação de passe infantil para dar dignidade e segurança à utilização dos meios de transporte por crianças menores que 5 anos;

9 - Implantação de sistema de cota de viagens gratuitas e limitadas para desempregados;

10 - Modernização e adequação dos pontos de ônibus;

11 – Adequação em 100% da frota de ônibus para o uso por portadores de mobilidade reduzida;

12 – Implantação de passe livre estudantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O princípio da administração pública é transformar o estado herdado em um estado ideal e nosso entendimento é que para a construção de um mundo mais justo e igualitário, com uma melhor distribuição de renda e erradicação da fome, passa pela consciência de que o cidadão faz parte do estado. Assim a função de despertar o exercício da cidadania na população é papel do governo e de seus governantes.

Portanto, é nossa meta que ao final da gestão deste mandato, o município da Estância Turística de Guaratinguetá se encontre em condições melhores do que as encontradas em Janeiro de 2017.

“Um sonho que se sonha só, é somente um sonho. Um sonho que se sonha junto se torna realidade”

Guaratinguetá, 13 de Agosto de 2016.